



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades do Município de Ponta Grossa, através da Divisão de Administração Aeroporto pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional (SMICQP/DAERO).

O presente ETP, visa estabelecer os critérios técnicos e requisitos básicos necessários para a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem o Circuito Fechado de TV (CFTV) instalados no Aeroporto Municipal.

A justificativa da contratação, decorre da necessidade indispensável do provimento de manutenções preventivas e corretivas, substituição e reposição de peças, instalações, readaptações e monitoramento constante de todos os equipamentos pertencentes ao Sistema de Monitoramento e CFTV instalados no Aeroporto Municipal.

A contratação tem por objeto principal garantir o funcionamento constante e adequado desses equipamentos, considerando o atendimento das necessidades indispensáveis de vigilância, controle e segurança dos pontos de acesso às áreas controladas, restritas, públicas e sensíveis no âmbito AVSEC (Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita), no perímetro do Aeroporto Sant'Ana - Comandante Antônio Amilton Beraldo – SBPG, conforme descrito na Resolução nº 515 de 08/05/2019, Seção I, Art. 10:

“V – Os pontos de acesso à ARS de agente público, deverão possuir monitoramento por meio de câmera de vigilância com gravação por, no mínimo, 30 (trinta) dias, solução de controle de acesso individual e identificação biométrica eletrônica.”

O CFTV é parte integrante do Programa de Segurança Aeroportuário (PSA) e a garantia do seu constante e adequado funcionamento visa o cumprimento de diretrizes e regulamentos específicos de Segurança da Aviação Contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), preconizados na Resolução nº 515 de 08/05/2019 e no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 107 – Emenda 9 emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que prescrevem o tema.

Cabe ao Operador de Aeródromo prover recursos humanos e materiais a fim de mitigar falhas e problemas que causem interrupção no funcionamento do CFTV, impedindo que o perímetro aeroportuário se torne vulnerável a invasões, circulação de pessoas não autorizadas e não identificadas, podendo gerar graves consequências como autuações, multas e sanções pesadas que incluem o fechamento do aeroporto e suspensão das operações por falta de segurança, falhas e deficiências na supervisão por meio do CFTV.

Considerando as informações dispostas que tornam a justificativa de contratação da prestação de serviços indispensável, sugerimos a imediata contratação.

2. ÁREA DEMANDANTE:

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional - Divisão de Administração do Aeroporto (SMICQP/DAERO).

Local / Departamento	Responsável
Divisão de Administração do Aeroporto – SMICQP/DAERO	Mario Allonso Lemos



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e
Qualificação Profissional – SMICQP

Faynara Cristina Merege Barbosa

3. OBJETO:

Contratação de prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR.

3.1 Especificação técnica do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR.	SVÇ	12	R\$ 3.420,00	R\$ 41.040,00

3.2 A prestação dos serviços compreende:

- a) **Manutenção preventiva:** Será realizada através de visitas mensais para limpeza e verificação geral de todos os equipamentos, componentes e sistemas a fim de garantir a continuidade do seu adequado funcionamento;
- b) **Manutenção corretiva:** Será realizada após identificação de problemas e/ou defeitos durante a manutenção preventiva ou sob demanda após solicitação da CONTRATANTE, contemplando todos os reparos e instalações necessários com fornecimento de peças e materiais pela CONTRATANTE;
- c) Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sob demanda da CONTRATANTE, contemplando substituições, manutenções, instalações e troca de peças;
- d) Acionamento da CONTRATADA, a qualquer tempo, para realização de instalações e adequações necessárias no CFTV, com prazo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas após a abertura do chamado;
- e) Acionamento da CONTRATADA para solucionar casos e situações emergenciais com necessidade de manutenção corretiva, o atendimento nesses casos deverá ser providenciado em no máximo 4 (quatro) horas após solicitação de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- f) Para comunicação e solicitação das situações emergenciais, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão disponibilizar canais de comunicação direta para execução dos serviços, providenciando as informações necessárias que possibilitem agilidade adequada para solucionar os problemas que originaram o chamado.

Observação: *Consideram-se situações emergenciais (neste caso), aquelas que possam ocasionar prejuízos no atendimento ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens, e que devem ser solucionados de imediato por profissionais com qualificação necessária à execução dos serviços.*

3.2.1. Manutenção preventiva é definida como o conjunto de ações realizadas com o objetivo de evitar ruptura do ciclo normal de funcionamento da operação de maneira inesperada, reduzindo a probabilidade de falhas dos equipamentos e instalações durante a jornada de trabalho.

3.2.2. Manutenção corretiva é definida como o conjunto de ações que visam atendimento das necessidades de reparo das falhas identificadas de equipamentos e/ou instalações, para restabelecer a normalidade da jornada de trabalho, neste caso, solicitada de maneira emergencial sob expectativa de pronto atendimento.

3.3 Metodologia de execução:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

- a) A execução das Manutenções Preventivas e Corretivas serão nos horários de expediente do Aeroporto Municipal, sendo de segunda a sexta, das 9h às 17h e, excepcionalmente ou quando necessário, em finais de semana e feriados e/ou horário noturno. Para todos os casos, os serviços serão realizados com coordenação prévia entre as partes.
- b) A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais especializados e capacitados para executar os serviços, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços, peças e materiais utilizados, obrigando-se a substituir sem ônus ao Município os serviços executados de maneira inadequada e os materiais e peças de baixa qualidade ou defeituosos, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.
- c) Os profissionais envolvidos na execução de quaisquer dos serviços deverão, sob responsabilidade da CONTRATADA, respeitar todas as normas de segurança aplicáveis ao tipo e especificidade dos serviços, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados à sua execução.
- d) A descarga dos materiais necessários para a execução dos serviços, a limpeza do local após a realização dos serviços, e o descarte dos lixos resultantes dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- e) Através de comunicação e planejamento prévio entre as partes, o CONTRATANTE será solidário em prover alternativas para o estoque e armazenamento dos materiais necessários para a execução dos serviços.
- f) **A falta de inclusão ou identificação de determinado item no plano de manutenção preventiva ou corretiva, não desobriga a CONTRATADA de comunicar imediatamente à CONTRATANTE dos demais problemas por ela detectados, e das necessidades de executar a manutenção de todos os equipamentos;**
- g) Através de comunicação e planejamento prévio entre as partes, o CONTRATANTE será solidário em prover alternativas para o estoque e armazenamento dos materiais necessários para a execução dos serviços.

3.4 Compra de peças, materiais e equipamentos sob demanda:

- a) Após identificados defeitos ou avarias que necessitem de substituição, instalação ou aplicação de peças, materiais ou equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado, especificando o descritivo, quantidade e valor para a CONTRATANTE, a fim de que seja providenciada a aquisição para troca.
- b) As peças e materiais deverão ser detalhados para evitar a compra desnecessária ou divergente do necessário, devendo ser indicados materiais, peças e equipamentos de primeira qualidade, originais e compatíveis com os equipamentos instalados no Aeroporto Municipal.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A estimativa de quantitativos foi calculado com base nos anos anteriores, levantamento de necessidades pela Divisão de Administração do Aeroporto, e outras solicitações anexadas ao processo, conforme item anterior.

5. LOCAIS DE ENTREGA E/OU DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Aeroporto Sant'Ana – Comandante Antônio Amilton Beraldo-SBPG – Rua: Mathias Grani, nº 1001 – Bairro: Cará-Cará – CEP: 84043-565 – Ponta Grossa/PR.

6. MAPA DE PREÇOS:

Item	Descrição / Especificação	UND	QTD	Amitech	Olitec	Eletron	AD Sistemas	Média	Valor Total
1	Prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos	SVÇ	12	R\$ 3.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 3.100,00	R\$ 2.980,00	R\$ 3.420,00	R\$ 41.040,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR.								
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO								R\$ 41.040,00

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor total da contratação da Prestação de Serviços não deverá ultrapassar R\$ 41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais).

8. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR, enquadra-se como prestação de serviços comuns.

A execução dos serviços será no endereço informado, atendendo as especificações apresentadas, contidas na proposta de preço e nas determinações definidas.

Utilizar-se de profissionais devidamente habilitados e capacitados.

Assumir os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita entrega do serviço contratado.

A empresa deverá executar os serviços conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados.

A contratação de empresa especializada em de prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR, deverá atender as necessidades abaixo relacionadas:

8.1. Natureza da contratação

Trata-se de contratação de prestação de serviços técnicos especializados com aptidão para realizar avaliações, diagnósticos, manutenções, instalações e verificações gerais e completas de sistemas de monitoramento por CFTV, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

8.2 Duração inicial do contrato:

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por até 120 (cento e vinte) meses.

8.3. Relevância dos requisitos estipulados:

A contratação nos presentes termos, atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR no que tange às exigências estabelecidas por meio de normas, regulamentos e instruções suplementares preconizadas pela ANAC, para regular as atividades do Aeroporto Sant'Ana – Comandante Antônio Amilton Beraldo-SBPG.

A contratação visa a garantia de funcionamento ininterrupto dos equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR, considerando ainda a necessidade de sua configuração e compatibilidade com os equipamentos já utilizados no Sistema de Monitoramento por CFTV do Aeroporto Municipal.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

As exigências consideram a garantia de êxito nas configurações dos materiais e equipamentos antigos e novos, garantindo o funcionamento conjunto e adequado do sistema de CFTV.

Considerando a necessidade de Manutenção Corretiva, substituições de materiais, as instalações e demais serviços deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, de forma a assegurar a qualidade dos serviços, sua correta instalação e configuração dos materiais e equipamentos.

8.4 Exigências para habilitação técnica:

- a) A empresa deverá apresentar um responsável técnico com comprovação de habilitação técnica, atestado de capacidade técnica operacional para a instalação e configuração dos materiais e equipamentos objeto da contratação e, registro em entidade profissional competente;
- b) Não será admitida a subcontratação de serviços para instalação e configuração dos equipamentos.

8.4.1 Exigências a serem definidas quando necessário para contratação do objeto.

- a) Alvará de funcionamento emitido pela Administração Municipal da sede da licitante com validade vigente.
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e/ou fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório.
- c) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- d) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação;
- e) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- f) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.5 Critérios de sustentabilidade

Para o cumprimento do objeto deste ETP, considera-se que a empresa deverá providenciar o adequado descarte de restos de fios, cabos, embalagens e outros materiais provenientes da instalação, manutenção e manipulação de materiais, peças e equipamentos.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Decreto Municipal nº 11.328/2016:

Art. 3º Fica criado Programa de Compras Públicas Sustentáveis com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental nas compras e licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis no âmbito do Município.

Parágrafo único – Para execução do Programa ficam instituídas as compras sustentáveis para os seguintes produtos:

(...)

Art. 6º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

- III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

(...)

Deve garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

8.6 Principais normativos que disciplinam o objeto a ser contratado

A implementação de um Sistema de Monitoramento por CFTV pelo Operador de Aeródromo faz parte do atendimento das necessidades indispensáveis de vigilância, controle e segurança dos pontos de acesso às áreas controladas, restritas, públicas e sensíveis no âmbito AVSEC (Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita), no perímetro do Aeroporto Sant'Ana - Comandante Antônio Amilton Beraldo – SBPG, conforme preconizado pela ANAC através da Resolução nº 515 de 08/05/2019 e pelo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 107 – Emenda 9.

Citam-se, conjuntamente:

Constituição Federal de 1988.
Lei nº 14.133/2021.
Decreto nº 3.555/2000
Decreto nº 10.024/2019.
Decreto Municipal nº 11.328/2016.
Decreto Municipal nº 21.500/2023 e alterações.
ABNT NBR -15448-1 e 15448-2.
Lei nº 12.349/2010.
Decreto nº 7.404/2010.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.
Lei nº 12.305/2010.
Lei nº 9.985/2000.
Lei nº 8.078/1990.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Em se tratando de contratação de prestação de serviços técnicos especializados com aptidão para realizar avaliações, diagnósticos, manutenções, instalações e verificações gerais e completas de sistemas de monitoramento por CFTV, foi realizada pesquisa de mercado com fornecedores especializados e contratações públicas similares para levantamento do preço de referência para os serviços.

Considerando as especificidades e particularidades do objeto, tais como, o local de instalação dos equipamentos, suas condições e estado de conservação, faz-se necessária a realização de visita “in loco” para uma métrica mais adequada na precificação da prestação dos serviços, dessa forma, a pesquisa de mercado foi realizada com empresas prestadoras de serviços do setor.

Mediante isso, a precificação média inicial da licitação foi realizada através da aplicação de média aritmética de 4 (quatro) propostas com prestadores de serviços do setor, a fim de balizar os preços da disputa.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR.

A solução proposta é para garantir a continuidade e adequabilidade das atividades inerentes ao Município. Sugerimos, a adoção da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico – Menor preço**, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes, e por se tratar de um objeto que possibilita definir previamente o quantitativo demandado durante a vigência do contrato.

Para a prestação dos serviços a CONTRATADA deverá nomear um profissional responsável de seu quadro de funcionários, capacitado para avaliar, acompanhar, responder, coordenar e corrigir (em tempo) a execução de todos os serviços, além de sanar dúvidas e fornecer todas as informações necessárias.

A execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva deverão ser previamente agendados pelo responsável junto à CONTRATANTE, de segunda a sexta feira, das 9:00 às 17:00 horas, a fim de coordenar as especificidades do local e serviços a serem executados.

Após a realização das manutenções preventivas a CONTRATADA deverá detalhar os serviços executados preferencialmente por meio de relatório ou *checklist* próprio e, no caso de falhas ou inconsistências, um descritivo sobre as condições gerais desses equipamentos.

Após realização de manutenções corretivas a CONTRATADA deverá detalhar os serviços executados preferencialmente por meio de relatório ou *checklist* próprio, descrevendo as eventuais peças trocadas e as condições finais dos equipamentos após as manutenções corretivas realizadas.

Para a execução do Contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade, o qual define à CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato, atestação da conformidade e conclusão dos serviços, e à CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços e gestão de recursos humanos e físicos a seu cargo, níveis de qualidade exigidos dos produtos e serviços e cumprimento dos prazos combinados com a CONTRATANTE.

Para casos de situações emergenciais com necessidade de manutenção corretiva, o atendimento deverá ser providenciado no prazo máximo de até 4 (quatro) horas da abertura de chamado e solicitação de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Observação: Consideram-se situações emergenciais (neste caso), aquelas que possam ocasionar prejuízos no atendimento ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens, e que devem ser solucionados de imediato por profissionais com qualificação necessária à execução dos serviços.

Para abertura de chamados e solicitações de atendimento das situações emergenciais, a CONTRATANTE deverá disponibilizar os canais de comunicação direta com os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, para que providenciem as informações necessárias e possibilitem a agilidade adequada para solucionar problemas.

A CONTRATADA deverá disponibilizar uma via física ou digital dos relatórios ou *checklist* para a CONTRATANTE, a fim de apresentação em caso de auditorias e fiscalizações dos órgãos competentes.

Não será admitida a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento, respeitando a divisibilidade / indivisibilidade do bem e visando garantir a ampla concorrência, preferências e benefícios previstos em lei.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.

A contratação da prestação de serviços atendimento imediato de demandas que possam comprometer o funcionamento adequado do Sistema de Monitoramento por CFTV do Aeroporto Municipal e colocar em risco a Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC).

A possibilidade de defeitos, queima ou mal funcionamento em quaisquer desses equipamentos pode comprometer a segurança e interromper o monitoramento constante em áreas de abrangência fundamental do sistema de CFTV do Aeroporto Municipal, tornando-o passível de multas e sanções aplicadas pela ANAC, por isso a necessidade de substituição ágil e imediata é indispensável.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação é decorrente da extinção do Contrato nº 340/2019, Pregão nº 187/2019, cuja vigência encerrou em 04/10/2024.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação da prestação de serviços objeto deste ETP estão alinhados com o Plano Anual de Contratações – PCA/2025, conforme protocolos:

a) Prestação de Serviços:

Documentação de Formalização de Demanda nº 1207/2025.
Dotação Orçamentária: 10.003.26.781.0145.2.111.
Código Reduzido: 844.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos visa garantir que os resultados no processo de manutenção e continuidade do funcionamento dos equipamentos seja muito mais ágil, barato e eficaz.

Contratações isoladas para realizar manutenções corretivas e troca de peças tornam o processo de manutenção dos equipamentos muito mais caro e ineficiente. A morosidade dos trâmites para efetivar contratações compromete a continuidade de funcionamento dos equipamentos, além disso, os altos custos relacionados a abertura de procedimentos licitatórios tornam essa possibilidade inviável.

A garantia de operacionalidade do Sistema de Monitoramento por CFTV de forma ininterrupta é cumprimento de obrigatoriedade prevista em norma, além disso, versa como uma das ferramentas para segurança de passageiros, funcionários e usuários do Aeroporto Municipal.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não necessárias providências prévias para a execução da solução.

Recomenda-se que os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, sejam estejam cientes das suas atribuições de fiscalização (dentro de sua limitação de conhecimento técnico), orientando e garantindo a correta execução do contrato.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Os possíveis impactos ambientais que podem ocorrer na execução do presente objeto, estão relacionados ao correto descarte de peças e materiais substituídos na realização das manutenções, sejam elas preventivas ou corretivas.

As ações mitigadoras dos possíveis impactos ambientais são, o correto manuseio, aplicação e descarte de produtos, peças e materiais utilizados durante a execução dos serviços, cujo conhecimento técnico necessário advém da habilitação técnica da empresa CONTRATADA.

Objetivando minimizar os possíveis impactos ambientais, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

- A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme Instrução Normativa no 01/2010 / SLTI/MPOG. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa no 01/2010 / SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores comprovem o cumprimento da legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação;
- As licitantes deverão oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Conforme o art. 7º, inciso XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, as licitantes deverão ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar (se for o caso);
- As licitantes deverão optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais. A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações. Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;
- Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso). As empresas poderão comprovar por outros meios de prova válidos e regulares, admitidos pelo direito que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA

Além das obrigações usuais é obrigação da CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e outras obrigatórias pela legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- g) Apresentar em todas as entregas, manuais do produto, indicação de garantia e demais informações relevantes de caráter informativo, se for o caso;
- h) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre a CONTRATADA e seus empregados;
- i) Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;
- j) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares da sua área de atuação específica;
- k) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho — DRT;
- l) Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;
- m) Viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto do presente contrato;
- n) Permitir pleno poder ao CONTRATANTE na supervisão, acompanhamento e controle do desempenho das atividades do objeto de contrato.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A viabilidade deste ETP é verificada pela necessidade indispensável prevista em norma da ANAC para a contratação e aquisição dos itens aqui já mencionados, a fim de manter a execução de todas as atividades da administração direta e indireta do Município de Ponta Grossa/PR. Os custos estão alinhados com o Plano de Contratações Anual (PCA), estando prevista a execução do serviço e aquisição de peças, equipamentos e materiais.

Considerando as informações deste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável.

Ponta Grossa, 10/10/2025.

Assinado por:

Mario Allonso Lemos

13/10/2025 - 08:20

YXMVOCVSLYZEVVCDYFOQ

Mario Allonso Lemos
Elaborador do ETP

Assinado por:

Luan Rodrigues Real

13/10/2025 - 08:37

6D2CGRMJQO22UX7IZHS2UQ

Luan Rodrigues Real
Revisor do ETP